

Acordo com os bancos sai em 15 dias

Processo de adesão dos credores aos termos acertados começa em junho

YUUGI MAKUCHI

ARNOLFO CARVALHO
Chefe de Reportagem

O protocolo do acordo entre o Brasil e o Comitê dos Bancos Credores, que permitirá a renegociação de aproximadamente US\$ 70 bilhões da dívida externa, ficará pronto para ser assinado esta semana ou, no mais tardar, no início da próxima, quando então será deslanchado o processo de adesão de centenas de instituições financeiras, de acordo com o cronograma confirmado ontem pelo Ministério da Fazenda.

A antecipação da volta da missão do Fundo Monetário Internacional a Washington, onde será preparado o relatório sobre a economia brasileira, apressou também o encaminhamento da Carta de Intenções com o programa de ajustamento para 1988 e 1989, que deverá chegar às mãos do diretor-gerente do FMI, Michel Camdessus, nos próximos dias. "O programa segue logo após a missão" — disse ontem uma fonte da Fazenda.

Tão logo o Fundo receba o programa — praticamente o mesmo documento entregue pelo presidente José Sarney aos governadores, na semana passada — será enviado um telex de Camdessus ao Comitê dos Bancos Credores, seguindo uma rotina já combinada previamente. O telex funcionará então como o "sinal verde" a que se refere o chefe da missão do Fundo, Thomas Reichmann.

O objetivo desta formalidade é apressar o processo de adesão dos quase setecentos bancos credores ao term sheet (protocolo) que servirá de base à renegociação da dívida externa com o setor privado. Há sempre reticência dos pequenos estabelecimentos,

que não se dispõem a compartilhar o risco assumido pelos grandes credores de emprestar mais dinheiro ao maior devedor do mundo.

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, espera que até o final de junho o diretor-gerente do Fundo tenha em mãos não só o relatório da missão chefiada por Reichmann como, também, as informações adicionais que se fizerem necessárias. O prazo regulamentar para a missão preparar o relatório é de quatro a seis semanas, mas como desta vez o trabalho de levantamento dos dados foi mais fácil do que em 1983, é provável que tudo termine ainda em junho.

A partir daí o diretor-gerente do Fundo tem prazo regulamentar de duas a quatro semanas para reunir a junta diretora (board), composta de 22 membros de diversos países, para apreciar o relatório e o programa econômico brasileiro. Esta reunião do board, que certamente aprovará o acordo stand by pretendido pelo Brasil, deve ocorrer no máximo até o final de julho.

O chefe da missão no Brasil, que estava com viagem para Washington marcada em princípio para hoje à noite, acredita que logo em seguida será liberada a primeira parcela do crédito stand by de aproximadamente US\$ 1,5 bilhão. O Ministério da Fazenda calcula que em agosto o País receberá a primeira das seis parcelas (tranches, na terminologia do FMI, no valor aproximado de US\$ 250 milhões).

A liberação das parcelas posteriores estará condicionada ao cumprimento das metas trimestrais, especialmente no que diz respeito ao déficit público.